



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRA~~X~~IS

ANO IX - Nº 95 - MAIO/JUNHO 2017



Págs. 8, 9 e 10



Não temos tempo de temer (Gestão 2017-2020) Páginas 8 e 9

Saúde do trabalhador
Páginas 4 e 5

Classe trabalhadora hoje
Páginas 12 e 13

CRESS opina

O rombo é em nossos direitos

A pesar da variedade de enfoques, nos três últimos editoriais do PRAXIS tivemos como pano de fundo um mesmo tema – que será o centro deste texto. Trata-se da reconfiguração do Estado brasileiro, manifesta no processo de contrarreformas em curso nos últimos anos.

Esse processo, acelerado após o impeachment de Dilma Rousseff e a posse do usurpador Michel Temer – considerada por importantes intelectuais no campo da esquerda e no Serviço Social brasileiro como um golpe contra a democracia –, parece responder a exigências dos grupos politicamente dominantes no capitalismo planetarizado contemporâneo. A equação, já exposta em editorial anterior, é simples: em tempos de recuo da capacidade de auto-organização e mobilização independente das classes trabalhadoras em nível mundial, a voracidade dos grandes proprietários de capital (seja diretamente, seja através de gestores em seu nome) avança sobre o fundo público, disputando seu direcionamento.

O fundo público, que é composto principalmente pela parte do sobretrabalho social pinçada pelo Estado através de tributos, deixa, assim, de ser direcionado a políticas historicamente destinadas à satisfação mediada de necessidades das classes trabalhadoras (saúde, educação, transporte, saneamento, habitação etc.). Passa a ser empregado, sobretudo, no pagamento de juros e obrigações

relacionadas à dívida pública (que, de modo aparentemente misterioso, não para de crescer), assim como ao financiamento direto de grandes grupos capitalistas através de compras estatais, financiamento público de vendas de ativos estatais à iniciativa privada (a preços dádivosos, normalmente muito abaixo daqueles chamados “de mercado”), isenções fiscais.

Esse é, esquematicamente falando, o mecanismo por trás dos processos que vimos discutindo – e contra os quais vimos nos posicionando – nos editoriais anteriores do PRAXIS. É ele também o mecanismo na base daquelas contrarreformas mais diretamente ligadas ao desmonte das políticas sociais como saúde, previdência e assistência, progressivamente asfixiadas pela falta de recursos públicos.

Quanto à contrarreforma trabalhista, também em curso, trata-se da expressão de outro mecanismo – por assim dizer, outra face da mesma moeda. Nela, o que está em jogo é a possibilidade de isentar os capitalistas de uma série de obrigações que visam a assegurar direitos dos trabalhadores. Isso pode ser feito, por exemplo, de duas formas: ou simplesmente se suprimem esses direitos (essa vem sendo a tônica das propostas de contrarreforma ora em implementação), ou então se transfere seu financiamento para o Estado (que, no contexto de redirecionamento do fundo público exposto acima, tem capacidade cada vez menor de financiá-los). Isentam-se, assim, os empregadores de suas responsabilidades.

Ambas as modalidades redundam, é claro, na retirada de direitos das classes trabalhadoras.

Isso vem sendo compensado, por um lado, pelo endurecimento da repressão policial direta e seu acionamento mais frequente contra os descontentes que ousam manifestar pública e organizadamente sua posição, resultando em uma democracia cada vez mais abertamente fundada sobre a coerção. Mas, nesse cenário, a legitimidade social da institucionalidade democrática declina e o governo se lança, por outro lado, em campanhas ideológicas para retomá-la. A mais recente delas afirma, em linhas gerais, que a previdência “precisa de nossa ajuda”, que o governo “vai reforma-la para salvá-la, para que possamos um dia nos aposentar”, pois haveria “um rombo orçamentário” que, não sendo sanado, a tornaria inviável.

O CRESS/RJ se posiciona abertamente, com firmeza e segurança, sobre essa campanha: ela se apoia sobre um argumento comprovadamente falso, já que a previdência não é deficitária e, se precisa ser salva de alguém, é justamente daqueles que querem restringi-la ou privatizá-la afirmando salvá-la. Esse fato já foi demonstrado por inúmeros estudiosos do tema e por diversas entidades, como, por exemplo, a Associação dos Auditores da Receita Federal.

E não basta apenas que o CRESS se posicione: convidamos, na condição de entidade politicamente relevante para as assistentes sociais do estado do Rio de Janeiro, a que todas vocês estejam conosco não apenas nos espaços do Conselho, mas nos movimentos sociais organizados em oposição a essas contrarreformas.

NÃO HÁ ROMBO! QUEREM É ROUBAR NOSSO FUTURO!

PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 95 - Maio/Junho 2017

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidenta: Dácia Cristina Teles Costa

Vice-Presidente: Nelson Felix Lima Neto

1ª Secretária: Simone Eliza do Carmo Lessa

2ª Secretário: Fábio do Nascimento Simas

1ª Tesoureira: Luciana Cristina Teixeira da Silva

2ª Tesoureira: Mariana Setúbal Nassar de Carvalho

Conselho fiscal: Janaina Bilate Martins, Jussara de Lima Ferreira, Natália da Silva Figueiredo

Suplentes: Nathália Carlos da Silva, Luciane Barbosa do Amaral Rangel, Carla Maria Diniz Fernandes, Sílvia Maria Ribeiro, Paulo Martins Faleiro dos Santos, Camilla Muniz da Costa Pereira, Mônica Simone Pereira Olivar, Malú Ribeiro Vale, Charles Vieira de Araujo

Comissão de Comunicação e Cultura: Bia Justino, Caio Martins, Célio Albuquerque, Dácia Teles, Daniele Ferreira, Eder Frossard, Fábio Simas, Janaina Bilate, Luciana Teixeira, Natália Figueiredo, Rafael Lopes, Victor Neves

Seccional de Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 – Centro – Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Eliana Monteiro Feres

Secretário: Marco Antonio Pedro Vieira

Tesoureiro: Paulo Santos Freitas Júnior

Suplente: Isabella Motta de Oliveira Pinto, Suzana Mancebo Barros, Luciana Custódio Soares

Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

R. Gen. Osvaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 – Pontual Shopping – CEP 27261-050 – Telefax: (24) 3342-6886

Coordenador: Gleydson Felipe Duque de Paiva

Tesoureira: Kelly Rocha Albernaz

Secretário: Eder Frossard de Andrade

Suplentes: Cynthia Correa de Oliveira Ferreira, Luiza Silva Pires, Marcello Pedro da Silva Santos

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

Estagiária de comunicação: Bia Justino

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset – **Tiragem:** 17.600 exemplares - **Data de impressão:** 23/06/2017

Notas

CRESS-RJ convoca assembleia geral ordinária

Pauta: Eleição da delegação que representará o CRESS-RJ no Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, que acontecerá em Brasília-DF, nos dias 7, 8, 9 e 10 de setembro de 2017.

O Encontro Nacional é a instância máxima de deliberação do Conjunto. Em 2017, o encontro visa deliberar propostas que nortearão o Conjunto CFESS/CRESS pelo triênio 2017/2020.

A assembleia será realizada no dia 08/07, sábado, na sede do Conselho, Rua México, 41, 12º andar, Centro do Rio de Janeiro, com primeira convocação às 10h e segunda convocação às 10h30. Terão direito a votar e se candidatar a vaga como delegada assistentes sociais em dia com CRESS até o ano de 2016.

A seccional de Campos de Goytacazes realiza a reunião para escolha da representante para o encontro do Conjunto, na quinta, dia 04/07, às 18h na sede da Seccional, Rua 21 de Abril, nº 272 / 311, no Centro. Já em Volta Redonda a indicação vai ser no dia 30, às 19h, na Rua General Oswaldo Pinto da Veiga, nº 350 / 1001-1003 – VI. Sta. Cecília, Pontual Shopping.

CRESS na mídia



No dia 14/06, a conselheira do CRESS-RJ Nathália Carlos participou ao vivo do programa Canal da Juventude Cristã (CJC) Online, debatendo sobre o caso em que um tatuador e seu vizinho marcaram na testa de um jovem, que teria supostamente furtado uma bicicleta, as palavras "Eu sou ladrão e vacilão".

PRAXIS NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

Registro e anuidade

Quem ainda não deu início ou não concluiu o pagamento da anuidade referente ao ano de 2017, solicite ao setor de registro e anuidade os boletos com valores atualizados através do nosso e-mail registroeanuidade1@cressrj.org.br ou telefone (21) 3147-8772.

A profissional inscrita junto ao CRESS, exercendo ou não a profissão, paga a anuidade normalmente. Caso não esteja exercendo a profissão de serviço social, deverá comparecer ao Conselho ou a uma das seccionais para solicitar cancelamento de registro. Para isso, deve preencher o requerimento padrão e a declaração de cancelamento, e levar Carteira e Cédula do CRESS e um documento comprobatório do não exercício da profissão.

No ato do cancelamento, se houver anuidades (valor completo ou parcelas) em aberto, a assistente social poderá solicitar a renegociação dos valores junto ao setor de registro e anuidade. Dependendo do mês que venha solicitar o cancelamento dentro do exercício de 2017, será cobrada apenas a proporcionalidade da anuidade.

As anuidades constituem praticamente a única receita do Conjunto CFESS/CRESS. A garantia de um Serviço Social de qualidade, propositivo e interventivo também depende de você. Quite sua anuidade e venha participar das ações do Conjunto CFESS/CRESS.

Exercício profissional

Serviço Social e Saúde do Trabalhador

Com a chegada do modo de produção capitalista a seu estágio monopolista, na virada do século XIX ao XX, surgiu a necessidade, para o grande capital, da uniformização do processo de trabalho, de modo a consolidar a expropriação dos saberes do trabalhador, submetendo-o ao máximo a ritmos e procedimentos alheios a sua decisão. Neste período foi criada a Organização Internacional do Trabalho, que, em 1919, já reconhecia a existência de doenças profissionais decorrentes dessa modalidade de submissão real do trabalho ao capital.

No Brasil, com seu processo de industrialização tardio, as relações sociais de assalariamento se expandem rapidamente ao longo do século XX, se encontrando universalizadas na década de 1950. Porém, é a organização do movimento sindical a partir das fábricas do setor automobilístico do ABC paulista, com as greves de 1978, que introduz a questão da saúde do trabalhador nas pautas de discussão e reivindicação.

Essa área temática traz em seu bojo a correlação de forças expressa na luta

de classes, na medida em que assume bandeiras como situações de risco, inclusão de cláusulas de saúde nos acordos coletivos, integralidade nas ações de saúde do trabalhador, dentre outros pontos.

É dentro desse desenrolar de acontecimentos que o Serviço Social se insere e contribui para uma concepção ampliada sobre a saúde de trabalhadores. Nesta perspectiva, a assistente social Eliane Mendes está desde 2008 no Centro de Saúde do Trabalhador, no Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), no Rio de Janeiro, que é uma das 17 unidades da Fiocruz no Brasil. O Instituto é responsável pela produção de vacinas, reativos e biofármacos.

De acordo com Eliane, cada unidade administrativa possui autonomia relativa para gerir seus processos de trabalho. O planejamento das Unidades possui como parâmetro os planos quadrienais da Fiocruz, que são aprovados através do Congresso Interno, que é o espaço máximo de representação institucional da Fundação Oswaldo Cruz. A ele compete deliberar sobre assuntos estratégicos relacionados ao macroprojeto institucional, sobre o regimento interno, sobre propostas de

alteração do estatuto, ou seja, matérias que possam interferir nos rumos da instituição. O congresso acontece a cada quatro anos, sempre no primeiro ano de cada nova gestão da Presidência da Fiocruz.

"Inicialmente, o setor de saúde começou a funcionar em 2008, com um profissional de cada um dos seguintes setores: Serviço Social, Medicina do Trabalho, Nutrição, Técnico de Enfermagem do Trabalho e Administração. Com o passar do tempo e a ampliação da demanda, a equipe multiprofissional foi crescendo, contando atualmente com 15 profissionais. As questões de saúde anteriormente eram todas tratadas pelo Nust Central (Núcleo de Saúde do Trabalhador), que atende a todos os trabalhadores que atuam em unidades que não possuem cobertura de centros médicos próprios", relembra.

Cerca de um ano depois, em 2009, continua Eliane, a equipe começou a perceber que as demandas que chegavam ao Serviço Social não eram estritamente para atendimento de questões funcionais vinculadas a afastamento médico e orientações previdenciárias, por exemplo. Ou seja, elas não se referiam ao atendimento básico que costuma ser o mais demandado à profissão dentro de uma instituição.



“Um ganho que observamos para o Serviço Social foi participar dos Exames Periódicos de Saúde, pois se trata de uma atividade em muitas empresas restrita somente à Medicina e Enfermagem do Trabalho”

Eliane Mendes

“É uma corporação pública com perfil produtivo. A maior solicitação é o acompanhamento de afastamentos de médio a longo prazo. Mas dentre essas demandas, através da sistematização dos relatórios internos, percebemos que existia um quantitativo de questões relacionadas à saúde mental, fazendo com que sugeríssemos a contratação de um profissional especializado. E, posteriormente, o setor recebeu um psicólogo, para que pudéssemos ter uma parceria mais ampliada no atendimento da saúde do trabalhador. Em 2010, o serviço ganhou mais um psicólogo e uma assistente social”, relembra.

O relatório anual de atividades, ao qual a assistente social se refere, é a base de análise para os pontos de melhoria na rotina de trabalho da equipe do Centro de Saúde do Trabalhador. Há também fóruns e debates realizados ao longo do ano.

“Através dessas estatísticas conseguimos levantar o perfil geral de nossas demandas. Enquanto serviço de saúde, estamos dentro do RH. Mas temos reuniões periódicas com as outras equipes do departamento para tratar de assuntos que chegam e não são específicos do campo da saúde, como, por exemplo, as questões inter-relacionais”.

Em resumo, além do acompanhamento aos trabalhadores licenciados, o Serviço Social atua em demandas/atividades de: readaptação funcional; remoção/relocação por motivo de saúde; aposentadoria por invalidez; absenteísmo (quando vinculado a questões de saúde e/ou sociais). Também participa dos Exames Periódicos de Saúde, Programa de Gestantes e Programa Antitabagismo.

Como são inerentes ao Campo da Saúde do Trabalhador, tais questões são avaliadas e acompanhadas, sempre que necessário, de forma multiprofissional. Geram-se, também, interlocuções internas e externas com outros setores fora da área da saúde ou articulações com outras instâncias da Fiocruz.

Em situações nas quais a saúde do trabalhador ou sua situação funcional é afetada por elementos indiretos a sua atividade laboral, o Serviço Social busca realizar a intermediação. Em primeiro lugar, há a tentativa de negociar com o setor de Recursos Humanos (RH) ou o gestor direto daquele trabalhador, justificando, por exemplo, o absenteísmo, e, se necessário, elaborando um parecer para que o trabalhador não sofra alguma penalidade.

“Um ganho que observamos para o Serviço Social foi participar dos Exames



Bio-Manguinhos

Periódicos de Saúde, pois se trata de uma atividade em muitas empresas restrita somente à Medicina e Enfermagem do Trabalho, e, no setor, conseguimos contribuir, realizando uma entrevista com o trabalhador, onde são abordadas questões sobre processo e ambiente de trabalho, além de elementos de sua situação social que também possam repercutir em sua saúde. Ao final da entrevista podemos discutir com os outros profissionais alguma questão latente que tenha surgido, e com a elaboração do relatório tratamos as questões coletivamente, realizando os encaminhamentos cabíveis”, pontua Eliane.

Cabe destacar ainda que a interlocução entre a categoria na Instituição possibilitou a constituição de um grupo de trabalho com as profissionais que atuam na Saúde do Trabalhador em diferentes Unidades da Fiocruz para discussão das atividades e, após um ano de encontros, construiu-se o documento: “Parâmetros para atuação do Serviço Social na Saúde do Trabalhador no âmbito da FIOCRUZ”. Esse documento visa a responder um pleito em torno de orientações gerais sobre as respostas profissionais a serem dadas por assistentes sociais às demandas identificadas no cotidiano do trabalho na área de Saúde do Trabalhador.

A atual reestruturação do mundo do trabalho e a saúde do trabalhador

De meados de 2016 para cá, a equipe percebeu um novo elemento a incidir sobre a saúde do trabalhador: as contrarreformas propostas pelo governo de Michel Temer. Uma realidade que já está em curso e ocasiona severa preocupação, principalmente aos celetistas, quanto à manutenção do emprego.

“Mas eu vou ter mesmo que ir para o INSS?’, ou ‘Que tipo de impacto isso pode

trazer para a empresa?’, são perguntas frequentes. Ou seja, o trabalhador tenta negociar com a equipe sua situação de saúde, buscando flexibilizar o atestado médico para que não entre de licença, por exemplo. E há até o receio decorrente da incerteza sobre se o INSS deferirá o pedido. Porque, às vezes, o médico daqui pediu a manutenção do afastamento ou até indicou a aposentadoria, mas o INSS não ratifica essa visão. Tem uma insegurança grande, sobretudo num cenário de redução de direitos trabalhistas como este”, destaca Eliane.

É o medo permeando as relações de trabalho. As empresas terceirizadas participam de licitações que fornecem força de trabalho por prazo determinado. Essa forma de contrato deixa os trabalhadores celetistas mais vulneráveis e inseguros.

“O trabalhador apresentou um problema de saúde e se afastou, mas a área de produção não vai parar. E quando retorna e apresenta alguma restrição, onde não possa mais atuar em sua função de origem, deverá ser realocado. Porém, se sua função for muito específica aqui, haverá dificuldade em realoca-lo. Se houver esse limitador, ele acabará retornando para que a empresa prestadora de serviço conduza essa situação; uma vez que o trabalhador é contratado da terceirizada, e se esta não tiver como remanejá-lo, provavelmente ele será desligado. Então, tem um conflito logístico grande nisso. Se, por exemplo, o trabalhador é multifuncional, será mais fácil realoca-lo readaptado; porém, sua insegurança se mantém, pois tem ciência que não apresenta o mesmo rendimento e uma vez que não cumpra as metas de produtividade corre risco de desligamento, de ser substituído por um trabalhador mais novo, que não tem suas limitações. É o medo de perder o emprego e não conseguir um novo trabalho, com suas limitações e na atual conjuntura”, percebe.

O serviço de saúde responde pelo atendimento aos trabalhadores de Bio-Manguinhos, independente do vínculo – servidores e prestadores de serviço –, que hoje são cerca de 1.600 funcionários. Porém, 80% deste quantitativo são de prestadores de serviço. Além do pronto Atendimento Médico, o setor é responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e atividades de prevenção e promoção em saúde.

Pergunte à COFI

Quais são as prerrogativas do CRESS/RJ?

A Cartilha recém-lançada tem tido repercussão positiva entre a categoria, tendo em vista que, segundo levantamento da COFI em 2013, 70,5% das demandas que chegam ali têm relação com direitos trabalhistas. Isso mostra que o tema se faz necessário.

Importante ressaltar que, numa sociedade classista, diferentes entidades ligadas de modos diversos à classe trabalhadora podem e devem trabalhar juntas no sentido da defesa de seus direitos.

Qual o papel da Comissão de Fiscalização diante da demissão de uma assistente social motivada pela defesa das normativas profissionais?

Quando esse tipo de demanda chega à COFI, a atitude inicial é a de compreender o contexto em que a demissão se deu. É preciso buscar a fundamentação para ressaltar que a mesma ocorreu porque a assistente social se posicionou com respeito às normativas da profissão, buscando garantir o exercício profissional de qualidade. Se a demissão foi motivada por isso, o CRESS pode fazer uma intervenção na instituição de forma política e pedagógica, visando trazer esclarecimentos sobre o Serviço Social, deixando claro que a demissão ocorrida pela defesa da profissão e dos direitos dos usuários é imotivada. Neste caso, trata-se de uma situação a ser abordada pelo CRESS, sem prejuízo do apoio que a entidade sindical possa dar neste sentido.

Como deve se posicionar uma assistente social que trabalha em uma entidade confessional, diante das demandas de seu cotidiano?

Historicamente, instituições religiosas têm prestado serviços à população, especialmente porque o nosso padrão de intervenção do Estado sobre as expressões da questão social é bastante frágil, fragmentário e regressivo.

Ainda assim, destacamos que essa profissional não deve portar em seu ambiente de trabalho símbolos religiosos (imagens, frases em seu carimbo ou folha de registro profissional). Além disso, essa assistente social está impedida de se manifestar religiosamente em seus atendimentos, através de orações, cânticos ou afins. Da mesma forma, recomendações de ordem religiosa ou citações deste mesmo tipo estão impedidas de constar nos registros das assistentes sociais.

Sempre lembrando que o Estado brasileiro é laico e que o Serviço Social é uma profissão comprometida com valores e princípios democráticos, construídos coletivamente através de lutas históricas, não podendo atuar a favor de intolerâncias de qualquer tipo, inclusive as religiosas, entendendo que estas são incompatíveis com a democracia e com os princípios do nosso projeto ético-político.



O Estado brasileiro é laico e o Serviço Social é uma profissão comprometida com valores e princípios democráticos, construídos coletivamente através de lutas históricas, não podendo atuar a favor de intolerâncias de todo tipo, inclusive as religiosas, entendendo que estas são incompatíveis com a democracia e com os princípios do nosso projeto ético-político.

Orientação e Fiscalização

Exercício profissional e contrarreformas



Ainda não se podem estimar com exatidão os impactos das contrarreformas trabalhistas, em tramitação nas esferas do poder político e econômico, contra a classe trabalhadora. Mas já se pode afirmar, sem sombra de dúvida, que serão profundamente negativos. Afinal, o pacote de retirada de direitos inclui a flexibilização, ou a extinção, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os ataques à Previdência, que alteram (para pior) as regras de aposentadoria, a Lei da Terceirização Irrestrita, dentre outras medidas.

Sabe-se que a fragilização dos vínculos trabalhistas não vem de hoje, como destacam a agente fiscal Rhossane Pereira e a coordenadora da COFI Simone Lessa. Mas percebe-se claramente, agora, a velocidade com que esses ataques atingem a dinâmica do exercício profissional de assistentes sociais.

“Temos recebido demandas relativas a essa reestruturação produtiva, no entanto ainda com um viés trabalhista. Essas questões chegam à COFI por diversas motivações, e buscamos orientar a categoria no que compete ao Conselho, que são as dúvidas relativas ao exercício profissional. Ou seja, orientamos e fiscalizamos sobre as condições que envolvam situações éticas e técnicas. Se a sala garante o sigilo, tanto da profissional quanto do usuário, ou se há local adequado para o armazenamento de documentos, por exemplo”, destaca Rhossane.

De acordo com a assistente social Simone Lessa, a fragilização dos vínculos trabalhistas no Brasil começa já na década de 1990, com a adoção da visão neoliberal implementada

pelos governos dos ex-presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

“A geração de trabalhadores que chega ao mercado no final dos anos 1990 já começa a ser contratada por tempo de trabalho, ou pelo vínculo precário de cooperativa, por exemplo. Na política de assistência social com o RPA (Recibo de Pagamento Autônomo) e, na saúde, através das OS (Organizações Sociais). Essa profissional, que já tem uma autonomia relativa, se vê fragilizada. E agora com essa reforma trabalhista no horizonte, isso vai gerar impacto direto no trabalho cotidiano da categoria”, afirma Simone.

A comissão acompanha essa modificação do mundo do trabalho de perto. Outro ponto destacado pelas assistentes sociais diz respeito ao trabalho polivalente ou contratação para cargos com nomenclaturas genéricas. Com a redução de equipes nos espaços sócio-ocupacionais, o que antes era realizado por dez profissionais, por exemplo, atualmente é conduzido pela metade. E, apesar da redução do número de profissionais, as demandas dos empregadores não seguem a mesma proporção.

“Dentro desse cenário todo, uma das formas de precarização é a questão das atribuições privativas. Nessa lógica, as

trabalhadoras absorvem funções de outras áreas sem conseguir ter a possibilidade de filtrar determinadas situações. Demissões com justificativas de contenção de gastos são utilizadas a todo o momento como argumento. Esse mecanismo gera medo e insegurança. Porque coloca a assistente social num contexto que confronta as orientações éticas e técnicas privativas da profissão”, destaca Rhossane.

O momento, afirma Simone, é de buscar espaços de formação continuada e de lutas coletivas contra essa ofensiva.

“As situações vivenciadas pelas assistentes sociais são próprias da condição do assalariamento e as mesmas de qualquer outro trabalhador. Somos afetadas duplamente, como trabalhadora e no exercício profissional especializado. Por isso, nesse momento, pensar a dimensão pedagógica da Comissão, articulada à formação continuada, através dos minicursos, seminários, comissões temáticas, é a melhor interface de contato entre o que está em curso no cotidiano profissional e a atuação do Conselho”, afirma a conselheira, lembrando sobre a importância da participação da categoria em seus espaços representativos num cenário de avanço do conservadorismo e desmonte das políticas sociais.

Nova gestão

Não temos tempo de temer

Presidenta eleita para a nova gestão do CRESS-RJ, no triênio 2017-2020, a assistente social Dácia Teles sabe dos desafios frente a um cenário de devastação das conquistas históricas da classe trabalhadora e do impacto sobre as políticas sociais que, conseqüentemente, atingem o trabalho de toda a categoria. O PRAXIS entrevistou Dácia sobre os projetos e expectativas da nova gestão.

Quais são os maiores desafios que a gestão tem pela frente?

De modo aligeirado, poderíamos identificar duas naturezas de desafios que ganham distintas expressões no cotidiano e com que teremos de lidar, mas que se retroalimentam.

A primeira está relacionada à conjuntura com a qual nos confrontamos, que é de acirramento das ofensivas do capital sobre a classe trabalhadora. No Brasil, além do ascenso do discurso conservador, os efeitos da crise também se materializam em propostas de contrarreformas que ganham contornos aterradores. Vários analistas apontam que a radicalização dessas agendas tem como firme propósito dissipar os direitos dos trabalhadores.

Esse é um cenário que tem se arrastado há algum tempo, e se trata da tentativa dos segmentos que atuam em nome do capital de contornar mais uma das suas crises cíclicas. Para isso, são utilizadas distintas modalidades de recursos, que vão desde as renúncias fiscais de grandes empresas ao emprego de violência para conter as manifestações de trabalhadores.

A outra é a sustentação do discurso da crise, que justifica toda sorte de decisões



“Neste esforço de se buscar o fortalecimento de espaços comuns e compartilhados, o CRESS-RJ cumpre um importante papel de contribuir com o processo de articulação a partir de determinados temas e espaços.”

Dácia Teles

atroz como: a dilapidação do patrimônio público, a criminalização da pobreza, em particular da juventude negra das periferias – que é assassinada diariamente –, a repressão violenta aos movimentos sociais por meio da imposição do silêncio e o desmonte das políticas sociais. Além do dismantelamento dos direitos adquiridos por meio de mudanças infraconstitucionais, como a prevalência do negociado sobre o legislado, estilhaçando a já combatida CLT. Assim como a proposta de flexibilização da legislação trabalhista e as tentativas de reformas previdenciárias, dentre outros.

Enfim, trata-se de um cenário de devastação das conquistas históricas da classe

trabalhadora. Todos esses são exemplos já postos na atualidade e que certamente, ainda que infelizmente, tendem a se agravar nos próximos anos, o que incidirá na gestão que se dará no triênio 2017-2020.

Na ponta, as profissionais lidam com expressões variadas da erosão das garantias trabalhistas, do avanço do desemprego estrutural e do trabalho precarizado, da financeirização da vida e de todos os processos econômicos, da privatização das políticas sociais com a prevalência da oferta de serviços privados em detrimento do não funcionamento do público, do aumento da desigualdade e do empobrecimento da classe trabalhadora. Esses são alguns

dos elementos que incidem e impactam o exercício profissional, marcado cada vez mais pelo aumento da precarização das condições éticas e técnicas de trabalho.

Não é nosso interesse simplificar o debate, mas gostaria de destacar um desses impactos, que muitas vezes aparece como um elemento descolado de uma análise mais ampla, que é o afastamento de uma parcela significativa de assistentes sociais dos espaços de organização coletiva.

Como sabemos e repetimos muitas vezes, o contexto e conjuntura afetam a categoria, que busca resistir em seus espaços de atuação profissional numa convergência de esforços das trabalhadoras. Entretanto, dadas a natureza e a brutalidade dos ataques, isso não tem sido suficiente para proteger o exercício profissional. Soma-se a essa insuficiência, um cansaço próprio da vida material, marcada por relações machistas e sexistas, oferta insuficiente de transportes públicos que afetam a mobilidade, arrocho salarial e atrasos no pagamento de salários etc. Tudo isso nos afeta e leva à exaustão. Há uma série de condições próprias das relações capitalistas que provocam isolamento e incentivam o individualismo, o que resulta em afastamento de reflexões mais amplas que possibilitam força e organização coletiva.

Hoje, uma parcela significativa de trabalhadoras tem assumido posições de demandantes institucionais profundamente marcadas pelo desconhecimento dos papéis e estruturas das entidades de representação.

Ou seja, uma das faces da dureza e da precarização do trabalho assalariado se apresenta como ceticismo, isolamento e ausência dos espaços coletivos. Esse é um grande desafio, pois para enfrentar as ações desse Estado entreguista e dilapidador de direitos, a única saída é a luta e reação coletivas. É necessária a ocupação de espaços coletivos que reflitam as nossas bandeiras de lutas e reivindicações históricas! Um CRESS forte não se faz apenas com a atuação de 18 conselheiros, nós precisamos da categoria no cotidiano do Conselho.

O que a categoria pode esperar da direção frente a um contexto de crise política?

No Rio de Janeiro, atualmente, somos mais de dezessete mil assistentes sociais e estar próximo à base é um desafio muito grande, mas este é o compromisso que norteia todas as nossas proposições. O diálogo permanente com a categoria fortalece o CRESS, que atua nas demandas da realidade concreta, na luta por melhores condições éticas e técnicas de trabalho e empenhado no fortalecimento da profissão. A gestão se compromete a atuar em defesa da qualidade do atendimento e somar esforços com o conjunto da classe trabalhadora na defesa e ampliação dos direitos sociais.

Nossa proposta de atuação é balizada pelo projeto ético político profissional e, nesse sentido, é uma continuidade de outras gestões que se colocaram a serviço e em defesa desse projeto hegemônico. No entanto, toda renovação tem como tarefa avançar em

situações e aspectos que lidam com os limites de tempo e contextuais. Neste processo, e diante da atual conjuntura, a gente tem a hercúlea tarefa de “escrever a história a contrapelo”.

Neste esforço de se buscar o fortalecimento de espaços comuns e compartilhados, o CRESS-RJ cumpre um importante papel de contribuir com o processo de articulação a partir de determinados temas e espaços. Como exemplo, nós temos as Comissões Temáticas, os Núcleos e outras formas de organização interessantes. Além disso, há as representações em outros espaços avaliados como estratégicos, a exemplo de conselhos, fóruns, audiências, dentre outros.

Quais são as principais características da direção?

A diretoria é composta por assistentes sociais com experiências diversificadas e que trabalham em distintas áreas de atuação profissional, que enfrentam cotidianamente os problemas e desafios impostos pela realidade dos espaços sócio-ocupacionais.

Somos mulheres e homens que acreditamos na possibilidade de incidir positivamente para mudar essa realidade. Assumimos essa tarefa de gestão por convicção política de defesa da profissão. Não recebemos nenhuma forma de pagamento por isso, além da grande experiência de aprendizado e da convivência com a categoria que o CRESS nos traz.



“Nossa diversidade se faz presente em nossos corpos, que carregam histórias e marcas em comum, advindas dos lugares sociais e territórios em que estamos inscritos, das nossas opções políticas que se inscrevem no campo da esquerda. Em nossa gestão perseguiremos a coerência entre o discurso e a ação de buscar estar junto às nossas bases, mas isso somente é possível aglutinando forças e de modo articulado com as assistentes sociais e demais entidades da nossa categoria. Torna-se imprescindível buscar a formação de novos quadros que possam estar conosco nessa luta e, quem sabe, vir a assumir futuras gestões das nossas entidades.”



Nova gestão

Compromisso com a história do Conjunto

A nova diretoria do CFESS aborda as tarefas enquanto gestoras da entidade representativa da categoria, tanto nos aspectos formais da gestão pública, quanto nos aspectos políticos. As assistentes sociais Josiane Soares Santos, presidenta da Gestão É de Batalhas que Se Vive a Vida e a segunda tesoureira Elaine Pelaez falam sobre esse processo em entrevista ao Praxis



Josiane Soares

das lutas sociais no Brasil. Vamos também estudar a viabilidade de reeditar o curso de especialização à distância, com a perspectiva de debater o trabalho profissional e sua instrumentalidade. As



Elaine Pelaez

PRAXIS Por que participar dos espaços de representações do CFESS e dos CRESS em conselhos e fóruns de defesa de direitos é importante nesta conjuntura?

Elaine Pelaez – São espaços de articulação com outros sujeitos políticos na perspectiva de

PRAXIS Quais os principais desafios que se apresentam para esta gestão do CFESS?

Josiane Soares Santos – Sem dúvida, essa gestão será marcada pelo desafio de reagir e resistir a acontecimentos conjunturais cujos desdobramentos diários requerem muita agilidade e firmeza de princípios. A instabilidade institucional do Estado brasileiro afeta a todas as pessoas como cidadãs e, conseqüentemente, afeta também nossas condições de trabalho, como consequência do aprofundamento do ajuste fiscal no orçamento destinado às políticas públicas. É preciso destacar também o desafio no âmbito da nossa auto-organização política, como, por exemplo, a necessidade de consolidarmos a metodologia dos encontros nacionais implementada no último triênio, ao mesmo tempo em que renovamos bastante as direções dos Conselhos Regionais no último processo eleitoral. Temos também os desafios de nivelar conhecimentos e oferecer subsídios para a gestão democrática e transparente do Conjunto e lidar com as exigências dos órgãos de controle externo; concluir o recadastramento obrigatório e a pesquisa do perfil da categoria de assistentes sociais no Brasil; entre outros.

PRAXIS Quais são os principais projetos a serem implantados pela nova diretoria?

Josiane – Somos uma gestão de continuidade e temos ciência de que os votos que recebemos apostam na permanência da direção política presente nesta entidade desde os anos 1990. Neste sentido, temos compromisso com a agenda historicamente construída pelo Conjunto e representada nos documentos Bandeiras de Luta e Ações Estratégicas Continuadas, com a realização do projeto Ética em Movimento, com a articulação permanente junto à Abepss e à Enesso, além de outros movimentos sociais etc. Para além desses e de outros projetos de continuidade, pensamos que esta gestão precisará pautar novos subsídios para o trabalho profissional, frente ao acirramento

inúmeras fragilidades da formação profissional das novas gerações, somadas ao quadro geral de precarização do trabalho, têm alterado o perfil de competências presentes no exercício profissional. Refiro-me, por exemplo, a um conjunto de habilidades e competências que sempre foi muito claramente compreendido como parte de nossas atribuições profissionais dentro do projeto de ruptura com o serviço social tradicional e que hoje nos parece ausente do cotidiano de assistentes sociais, como o chamado “trabalho de base”, que busca dialogar com a população usuária na perspectiva de sua auto-organização. Temos que pautar a atualidade da dimensão política do trabalho profissional e, a partir desse mote, tratar os desafios da autonomia profissional nos diferentes campos de trabalho.

PRAXIS Como a categoria pode contar com o Conjunto num momento de ataque às políticas públicas?

Josiane – Reafirmamos o compromisso da direção política do Conjunto CFESS-CRESS com a defesa da Seguridade Social 100% pública, estatal e universal. Uma seguridade social que se coloca para além do tripé de Assistência Social, Previdência e Saúde, incluindo, além disso, habitação, lazer, transporte, cultura e outras necessidades de reprodução social dos trabalhadores e trabalhadoras, conforme defendido na Carta de Maceió, do Conjunto CFESS-CRESS. A categoria pode estar certa de que estaremos, neste triênio, reforçando ainda mais os espaços que já construímos historicamente, como Conselhos de controle social e conferências, mas, sobretudo, apostaremos na vitalidade da luta social organizada sob a forma das Frentes e Fóruns de trabalhadores e trabalhadoras e suas entidades representativas, porque sem pressão da sociedade organizada o Estado continuará governando para as classes dominantes e destinando o fundo público para atender a seus interesses. É essa disputa que nos parece estratégica hoje para reconfigurar o alcance e possibilidades de implementação de direitos sociais no Brasil, e o Conjunto CFESS-CRESS está comprometido com seu acirramento na perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras.

reafirmação das políticas públicas universais e na construção de uma agenda propositiva e plural com outras entidades, que, em sua maioria, partilham dos nossos princípios ético-políticos, e com a luta geral da classe trabalhadora e da sociedade civil na direção da emancipação política e social. Além disso, permanece importante a disputa no sentido de introduzir elementos democratizantes no interior da estrutura social e política do capitalismo, apontando as contradições desses espaços e expondo as posições da categoria de assistentes sociais nas pautas em discussão nos conselhos. É lá que estão postas discussões e disputas importantes no âmbito das políticas sociais com as quais a categoria de assistentes sociais trabalha cotidianamente. Não negamos os limites dos conselhos como espaço para o exercício da transformação radical da sociedade capitalista no sentido de sua superação. É importante reforçar que a participação nos conselhos não substitui a inserção e a articulação com os movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, aqui compreendidos como sujeitos coletivos fundamentais nas lutas pela transformação da sociedade capitalista.

PRAXIS Como funciona a articulação entre os CRESS e o CFESS?

Elaine – A articulação entre os CRESS e o CFESS se expressa historicamente na construção e materialização do projeto ético-político profissional. Essas entidades possuem autonomia administrativa e de gestão, mas temos pactuado diretrizes comuns para sua dinâmica de funcionamento que passam pela implementação das deliberações aprovadas nos Encontros Descentralizados e Nacional CFESS-CRESS. Também nos articulamos na organização de eventos promovidos ao longo do triênio e de Grupos de Trabalho (GTs) aprovados com participação de um ou dois conselhos regionais por região do país. Estes GTs cumprem a função de preparar documentos, diretrizes e fazer estudos sobre temáticas deliberadas no Encontro Nacional e que requerem uma dinâmica de construção coletiva para fazer avançar a sua operacionalização.

SECCIONAIS



Campos dos Goytacazes

Desafios pela frente na região

A atual conjuntura, marcada por retrocessos dos direitos da classe trabalhadora, a exemplo da contrarreforma da Previdência Social e do congelamento dos gastos públicos proposto por um governo ilegítimo, tem consequências diretas no trabalho de assistentes sociais.

A precarização dos espaços de trabalho se concretiza na falta de condições operativas para atuação, com destaque para a ausência de garantia do sigilo em ambientes compartilhados e para a redução ou ausência de serviços e benefícios para atendimento à população, que comprometem a atividade profissional.

“Destacamos ainda que os projetos sobre o estatuto da família e a assim chamada Escola Sem Partido apresentam, de forma concreta, conteúdos que vão de encontro a diversos princípios e valores do projeto ético-político da profissão. Concomitante a tantos retrocessos de perda de direitos ainda vivenciamos, no campo de atuação, uma reconfiguração geral da política social que incide diretamente sobre os instrumentos profissionais, o que remete a uma discussão ampla sobre a direção crítica da profissão e as normativas do Conjunto CFESS/CRESS”, afirma Eliana Feres, coordenadora da seccional na gestão 2017-2020, “Lutar sem temer”.

Ainda de acordo com a assistente social,

diante do avanço do conservadorismo e da naturalização do capitalismo, que se fortalecem ainda mais no contexto de crise de legitimidade da democracia institucional-representativa, a direção da seccional pretende criar espaços de discussão sobre organização política da categoria e reforçar a importância do debate crítico sobre conjuntura e trabalho profissional. Pretende-se que esses debates sejam estendidos aos três núcleos de abrangência da seccional (Construção e Movimento; Luta, Ética e Direitos; Integração e Liberdade).

É necessário, ainda, fortalecer o trabalho de base junto a profissionais, estabelecer a partir das comissões um debate fecundo sobre atuação profissional nas diferentes políticas, realizar encontros e seminários tendo como tema o trabalho de assistentes sociais, e contar com a parceria de outros conselhos na defesa de direitos.

“Os espaços de controle social são muitos na abrangência da Seccional (saúde, assistência social, criança e adolescente, pessoa com deficiência, mulher e idoso) assim é fundamental também que nossas representações externas tenham nas suas intervenções a defesa do projeto ético-político da profissão. Neste contexto, encontros com os profissionais que representam a seccional nos espaços de controle social se constituem também

formas de criar resistência à redução de direitos sociais”, afirma.

Deve-se, também, ampliar a parceria com as universidades da região para debates sobre a direção social e crítica da profissão e o aprofundamento do debate sobre a atuação de assistentes sociais nos diversos espaços onde se dão o exercício e a formação profissional. Espera-se, ainda, descentralizar os debates e ações da seccional nas áreas de abrangência dos núcleos, bem como participar de frentes, fóruns de coletivos de trabalhadores que lutam pelos direitos sociais, construindo conjuntamente a luta e resistência pelos direitos da classe trabalhadora.

“Muitos são os desafios, mas também muitas são as perspectivas de trabalho a serem desenvolvidas. E nestes três anos de gestão, a Seccional de Campos se propõe a conduzir as ações fortalecendo inicialmente a identidade de assistentes sociais enquanto membros da classe trabalhadora e problematizando os espaços sócio-ocupacionais, contribuindo para a organização coletiva para luta e garantia dos direitos. Para isso, é importante a participação da categoria em todas as comissões do CRESS e nos espaços de lutas considerados prioritários”, finaliza.



Volta Redonda

As lutas se produzem nos becos sem saída

A nova direção da seccional, “As lutas se produzem nos becos sem saída”, está à frente dos trabalhos desenvolvidos durante o período 2017-2020, e trouxe como uma de suas principais bandeiras a defesa de um projeto profissional direcionado aos interesses da classe trabalhadora.

“Considerando o cenário político vivenciado, diante dos desmontes e da regressão dos direitos sociais, o maior desafio para a gestão será o de promover a articulação da categoria de modo a garantir sua participação política junto ao CRESS. Batalharemos em conjunto para a efetivação e a manutenção de direitos, e também pela reafirmação do lugar da profissão na sociedade”, afirma o coordenador Gleydson Paiva.

Ainda de acordo com Gleydson, o objetivo, a todo momento, será a luta articulada entre a gestão e a categoria, assim como ações voltadas à formação conjunta e continuada, principalmente através da promoção de eventos, minicursos, rodas de conversa e encontros. Além, é claro, dos processos de educação permanente que garantem maior embasamento teórico e, conseqüentemente, maior segurança nas decisões tomadas na luta.

“São de extrema importância também, para a atual gestão, o acompanhamento e a aproximação das unidades de formação em Serviço Social, garantindo assim que os profissionais comecem a se politizar ainda em meio à graduação. Outro elemento bastante necessário é fortalecer as lutas

trabalhistas, salientando e discernindo os papéis do CRESS e dos Sindicatos, para que não haja confusões e, assim, se efetivem melhor as lutas”, afirma.

Conforme o próprio nome da chapa, aponta o coordenador, a perspectiva da gestão é de “muitas lutas, em ‘becos’ que, muitas das vezes, serão considerados ‘sem saída’, mantendo, deste modo, a resistência e a politização de uma categoria que demanda, cada vez mais, a aproximação diante do desmonte das políticas sociais e, até mesmo, da precarização do trabalho de assistentes sociais. Neste contexto, a gestão tem a ciência de que os desafios serão muitos, e, mais ainda, de que a luta continua”, finaliza.

Nova gestão

Novos rumos da luta de classes no Brasil

Em 2017 a Revolução Russa completa o seu centenário, em meio a diversas controvérsias em relação ao papel político, à estruturação e mesmo ao significado da esquerda na contemporaneidade. Com as atuais mudanças no cenário internacional e a ascensão da direita em diversos países, os grupos de oposição à forma burguesa de sociabilidade veem a necessidade de reforçar sua participação na política, de forma a combater o regime vigente. A historiadora e professora da UFF e da Fiocruz Virgínia Fontes explica que ao longo do século vinte a esquerda se dividiu em duas grandes tradições: os anticapitalistas e os socialdemocratas. Enquanto os primeiros tentavam, utilizando-se de meios os mais variados, construir uma nova ordem, os segundos tentavam, sob diferentes argumentações, humanizar o capital.

Partindo dessa diferenciação, Virgínia questiona a própria concepção da socialdemocracia enquanto parte da esquerda. "Eu vou traduzir um pedacinho do livro do Pierre Dardot e do Christian Laval: 'Essa esquerda, socialdemocrática, praticamente, por sua própria conta, retomou toda a lógica da direita. O fetichismo da moeda estável, a vontade de reduzir o imposto e as despesas sociais, a flexibilidade do mercado de trabalho e o primado, quase que constitucional, do princípio de competitividade'. Ou seja, essa socialdemocracia aderiu aos valores do mercado e, portanto, tem como seus valores os valores do capital, e não apenas no Brasil".

A professora lembra que esse modelo, mais próximo ao capital, foi aquele que prevaleceu na maioria dos países. "Por volta dos anos 70, essa esquerda anticapitalista é muito devastada pelo crescimento da socialdemocracia, de um lado. E, de outro, essa ascensão da socialdemocracia, que vem desde a Segunda Guerra Mundial, vai se aproximando, cada vez mais, da forma de gestão do capitalismo. Com a queda da União Soviética, vemos uma crise geral da esquerda anticapitalista".

Quando pensamos especificamente no Brasil, temos uma história permeada por uma ditadura empresarial-militar violenta que assassinou, exilou ou silenciou as



principais lideranças dos movimentos dos trabalhadores. Com o seu fim, Virgínia Fontes afirma que as forças anticapitalistas que mais se consolidaram no Brasil foram o PT, a CUT e o MST. "Essa esquerda que tinha um perfil forte socialista e de proximidade com os trabalhadores também sofreu o revés da União Soviética". Ela lembra, ainda, o que ocorreu com outros setores da esquerda anticapitalista naquele período, quando fala na "tentativa de terminar com o PCB e transformá-lo em PPS, que é um partido próximo do capital".

Aliança com o Capital

As eleições de 2002 foram um reflexo dessas questões e trouxeram à tona uma união entre importantes forças anteriormente anticapitalistas com o próprio capital. "Durante a década de 90, uma grande parte do PT e uma boa parcela da CUT abrem mão de qualquer projeto socialista e apostam no máximo no projeto social-liberal, sequer no projeto socialdemocrático. Então já é um projeto ainda mais rebaixado do que o da socialdemocracia. Eles eram uma esquerda que vinha das bases dos trabalhadores, ela tinha implantação nos sindicatos, ela tinha implantação nos movimentos sociais, ela falava a língua dos setores populares. Ela podia, então, oferecer e convencer esses setores populares de um programa não popular. É uma esquerda que consegue fazer essa adequação do movimento pró-trabalhadores para um movimento pró-

desenvolvimento do capitalismo".

Essa esquerda, em seu processo de amoldamento à manifestação brasileira da ordem tardo-burguesa, descaracteriza os programas construídos historicamente até então e se desvincula das bases. Virgínia afirma que a destinação do imposto sindical diretamente para as centrais, por exemplo, fez com que o seu crescimento ficasse desvinculado da adesão a elas.

Esse fato se refletiu em uma reconfiguração nas áreas de formação dos trabalhadores, que foram progressivamente trocando os cursos de formação política e militante por cursos destinados, supostamente, a aumentar sua empregabilidade. A ideia da eficiência foi incorporada dentro dos sindicatos, "copiando o modelo de gestão do capital para a gestão sindical". Virgínia afirma, ainda: "Conforme os setores dirigentes de centrais e partidos vão dependendo cada vez mais das formas institucionais de existir, mais cortam as amarras que os prendem às bases para voar sozinhos e levar as bases como moeda de troca".

"As políticas 'mais populares' do governo vão ter espaços para acontecer. E qual foi a principal política? Bolsa família. Política Universal? Política de Estado? Não, programa de governo. Sendo que ele nem garantiu que essa população necessitada tivesse condições de se organizar. Pelo contrário, houve uma centralização estatal e a fragmentação da

população alvo”, aponta.

Para Virgínia, não existe uma crise de identidade na configuração da esquerda. O movimento anticapitalista continua com as mesmas questões, já que o capitalismo não se retraiu e a classe trabalhadora se expandiu. “O que eu diria, hoje, é que o que está evidente é que nenhuma esquerda que se limite à institucionalidade definida pelo Estado capitalista poderá avançar substantivamente em direções de fato pela esquerda”. Para ela, a luta tem que se dar dentro e fora das instâncias de poder legalmente instituídas; caso contrário, teremos a vitória da institucionalidade burguesa.

Foco na formação

Um ponto importante para a esquerda, nessa situação, passa pelo reforço da formação, trabalhando para recuperar o que se perdeu nos últimos anos, explica Virgínia. Ao mesmo tempo, é preciso focar nas relações reais existentes entre os indivíduos e combater uma mídia dominante que tenta apresentá-las como meras imagens.

Ela também lembra que uma parte da base já não acredita mais nos movimentos de esquerda, em parte porque está sob influência dos setores dominantes da mídia, que a atacam diuturnamente. Paralelamente, a esquerda abandonou espaços de sociabilidade importantes para a população, que acabaram sendo ocupados pelas igrejas. “A luta, tanto institucional quanto sócio-político-ideológica, se tornou mais complexa e não mais simples. Mas ao meu juízo isso não tem ligação com uma crise de identidade da esquerda anticapitalista, mas sim com condições históricas nas quais estamos colocados”.

A retomada dessa confiança não se dará de forma imediata: ela leva um tempo para ser construída. Atualmente, a classe trabalhadora está mais complexa, estruturada e escolarizada do que durante a ditadura, ao mesmo tempo em que há esforços do grande capital para criar ou acentuar divisões dentro dessa classe. Um desses esforços concretiza-se em, através da mídia, passar a imagem de que aqueles que acessam seus direitos são privilegiados. “Essa divisão existe dentro da classe trabalhadora porque ela está sujeita à lógica do capital; põe em concorrência um indivíduo contra o outro. Seja pelo emprego, seja pelo espaço, seja pela sobrevivência. Em uma época onde isso não faz mais nenhum sentido... Afinal, a humanidade tem condições de alimentar todo mundo – mas isso não dá lucro”.

Dentro dessa conjuntura, a esquerda tem, segundo Virgínia, uma função muito específica.

“O papel da esquerda é mostrar para a classe trabalhadora que ela é classe trabalhadora. É voltar para o mundo real, para o solo da vida. E que sua luta não é só pela expropriação, mas também se funda em elementos históricos que são ativados pela dominação capitalista. É importante lembrar que não haverá solução para o machismo, racismo ou na luta contra o capital se essas pautas não andarem juntas. Elas não são, nem precisam ser, idênticas, mas elas precisam andar juntas”.

Virgínia lembra que até mesmo os direitos mais primordiais da população, como o direito à vida, estão em risco atualmente. Ela cita o exemplo do Rio de Janeiro, no qual um quinto da população vive em favelas e está sendo morto a bala desde a chegada dos megaeventos na cidade. “O enfiamento do capital, no meu juízo, é a condição de uma vida humana, em um mundo que é bárbaro, é trágico. Daí a importância de uma reorganização da esquerda. Consistente, coerente, capaz de manter a luta anticapitalista, tendo claro o perfil expandido e mais complexo da classe trabalhadora e voltando a ter atividades de formação. Por exemplo, o MST tem uma experiência maravilhosa de formação, onde todos se educam. Experiências de formação que trabalhadores fazem para trabalhadores

conseguem socializar o conhecimento”.

“Com isso, a academia aprende as verdadeiras perguntas que tem que fazer, ao invés de fazer as perguntas para fazer carreira e concorrência em cada área. Quais são as perguntas mais importantes para o conhecimento hoje? Temos que mobilizar os meios de conhecimento para enfrentar essas questões. Dessa forma, o formador é educado pela base e a base recebe os conhecimentos possíveis pelo formador”.

Apesar dos problemas dos últimos anos, um objetivo comum parece se unir à esquerda anticapitalista em torno de uma pauta compartilhada. “Apesar de tudo, eu acho que a crise abre possibilidades e a urgência de fazer. Ela tira da zona de conforto, da imobilidade a respeito da violência que está vindo contra a gente. É necessário voltar a pensar as relações sociais reais”, pontua. E mostra, no fio de seu raciocínio, que isso deve ser feito de modo articulado, como parte de um processo de construção coletiva, diálogo e reorganização que permita à esquerda anticapitalista retomar, em conjunto, sua capacidade de ganhar posições no enfrentamento contra o capital e sua ordem social.



“O papel da esquerda é mostrar para a classe trabalhadora que ela é classe trabalhadora. É voltar para o mundo real, para o solo da vida.”

Virgínia Fontes

Outras ações

Abril e maio/2017

Comemoração do Mês da Assistente Social na UNIRIO – no dia 31/05, o CRESS participou como palestrante abordando o tema “Formação Profissional e Supervisão de Estágio: desafios para o trabalho do Assistente Social na atualidade”. Assim, discentes, docentes e supervisores debateram coletivamente o estágio e a supervisão acadêmica no IV Fórum de Supervisão de Estágio da Escola de Serviço Social da UNIRIO. Nessa data, o CRESS também participou na mesa de abertura e como mediador da mesa que discutiu as “Contrarreformas do Estado e ofensiva do grande capital: balanço de 1 ano de Golpe”, quando foi discutida a conjuntura político-econômica e os desafios postos na atualidade.

Estudos, laudos e pareceres sociais – esse foi o tema do curso ministrado pelo CRESS/RJ e realizado pelo CRESS/PI, no dia 8/5, em Teresina/PI, que reuniu profissionais de várias áreas de atuação como uma das atividades do mês de maio. Debates sobre a instrumentalidade, as resoluções pertinentes, bem como a dimensão ética da produção de documentos foi realizado com os presentes.

Marcha da Maconha – o CRESS esteve presente na manifestação no Rio de Janeiro, que ocorreu dia 6/5. Participou de debate sobre a temática no dia 10/5, tendo em vista as lutas contra a guerra aos pobres promovida pelos processos de criminalização da juventude negra e favelada, contribuindo com debates sobre o desencarceramento.

Serviço Social na Previdência – na comemoração do Mês da Assistente Social organizada pela Faculdade Simonsen, *campus* Padre Miguel, o CRESS esteve presente como palestrante na mesa “Política Social, Serviço Social e os desafios ao exercício profissional na previdência”. A atividade, realizada no dia 22/5, debateu os desafios postos para o Serviço Social no INSS diante da atual conjuntura.



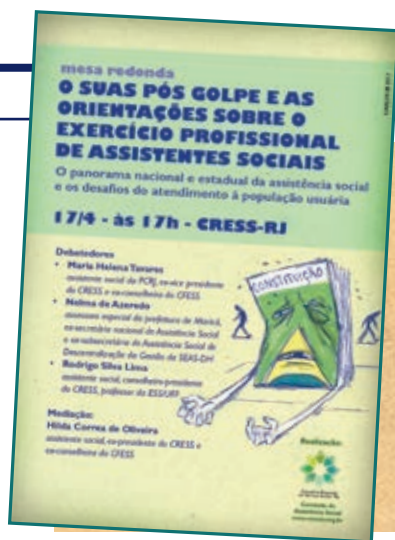
Lançamento e debates sobre o Termo de Orientação sobre a realização de visitas domiciliares quando requisitadas a assistentes sociais – dia 17/4, o auditório do Conselho ficou lotado com o debate acerca do Termo de Orientação profissional lançado pelo CRESS. Foram discutidas as diversas situações que envolvem a requisição de visitas domiciliares a serem realizadas por assistentes sociais, bem como as respostas profissionais diante dessas solicitações. O CRESS ainda deliberou interiorizar esse debate nos núcleos, e já realizou uma roda de conversa sobre o tema no Núcleo Josy Ramos, em Saquarema/RJ, no dia 18/5. O Termo de Orientação pode ser acessado no site do CRESS, através do link <https://goo.gl/uUZyyj>

Crianças e adolescentes em situação de rua – no dia 26/4, o CRESS compôs a mesa de abertura e participou do Seminário Estadual Criança Não é de Rua, realizado por várias entidades na sede da OAB-RJ, que discutiram no âmbito do estado do Rio de Janeiro as propostas para as Diretrizes Nacionais para o atendimento a esse público. O Conselho também foi convidado e participou da audiência pública realizada pela Câmara de Vereadores de Niterói no dia 03/05, quando foram debatidas questões que envolvem a proteção e o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua.

“As atuais contrarreformas do Estado e os desafios para o Serviço Social” – esse foi o tema da mesa realizada pela Faculdade de Duque de Caxias, no dia 20/5, em Duque de Caxias/RJ. O debate girou em torno do desmonte de direitos promovidos pelo governo golpista e os impactos para o exercício profissional de assistentes sociais na atualidade.

Audiência Pública sobre mortalidade materna no Rio de Janeiro – no dia 29/5, o CRESS participou da audiência organizada pela Comissão de Defesa da Mulher da Câmara de Vereadores. As mortes maternas foram denunciadas como resultante de uma miríade de causas, tais como a violência obstétrica, a defasagem da Rede, o racismo institucional, o moralismo e o preconceito, que são todos elementos que se somam nesse complexo quadro social.

Acordo Coletivo de Trabalho – no dia 19/4, a diretoria do Conselho reuniu com o SINSAFISPRO, o sindicato que representa os trabalhadores dos conselhos profissionais para realizar o Acordo Coletivo referente ao ano de 2017. A reunião foi aberta para a participação dos trabalhadores do CRESS e, ao final, o acordo foi firmado, assegurando a reposição salarial em razão dos índices inflacionários do período entre 2016/2017.



“O SUAS pós-golpe e as orientações sobre o exercício profissional de assistentes sociais” – esse foi o tema do Seminário realizado pelas Comissões de Assistência Social e de Orientação e Fiscalização do CRESS, no dia 17/4, no auditório do Conselho. O evento resgatou o processo de implantação do SUAS, os desafios de afirmar a política de assistência social no Brasil e os desafios colocados para o Serviço Social nessa política após o golpe de 2016. O CRESS foi um dos palestrantes do evento.

“Serviço Social e violência sexual contra crianças e adolescentes” – esse foi o tema do debate organizado pelo Núcleo “Serra em Movimento”, que reuniu profissionais de Serviço Social e de outras áreas no auditório da ACIANF, em Nova Friburgo/RJ, no dia 11/4.

“O papel do Serviço Social em contextos de desastres” – o CRESS esteve presente como co-organizador e um dos palestrantes da mesa-redonda realizada pelo Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais, ligado ao Departamento de Serviço Social da PUC/RJ, no dia 20/4, na PUC/RJ. O debate versou sobre as requisições que chegam a assistentes sociais em situações de desastres socioambientais, bem como os desafios postos para os profissionais em construir respostas a essas situações.

Comemoração do Mês do Assistente Social no Tribunal de Justiça – no dia 29/5, o CRESS participou da mesa de abertura do evento comemorativo que reuniu assistentes sociais no auditório da EMERJ, e que teve como tema “Os desafios do Serviço Social na conjuntura atual”, que discutiu, além dos ataques promovidos pelos governos, o papel do Judiciário no cenário político contemporâneo.

Greve Geral, Dia do Trabalhador e Manifestações “Fora Temer” contra as reformas – o CRESS esteve presente, tanto na capital como em Campos dos Goytacazes, nos diversos atos e manifestações contra as reformas da previdência e trabalhista organizadas em todo o país: a maior greve geral dos últimos tempos, no dia 28/4; no dia 1/5, Dia do Trabalhador; e nos dias 17 e 18/5, exigindo o “Fora Temer” e eleições gerais já. No dia 24/5, Conselho também esteve presente no Ato Nacional que ocupou Brasília.

Reunião sobre atuação profissional no sistema prisional – no dia 27/4, o CRESS se reuniu com a equipe de assistentes sociais que compõem a coordenação de Serviço Social da SEAP (Secretaria Estadual de Administração Penitenciária). Na ocasião, o CRESS apresentou formalmente o Termo de Orientação sobre a atuação profissional de assistentes sociais em Comissões Técnicas de Classificação e em requisições de exames criminológicos. Orientou a coordenação a informar à administração que recebeu o documento e dar publicidade a todos os profissionais de Serviço Social que atuam na Secretaria. Ao final, o Conselho se comprometeu a realizar uma atividade coletiva com a categoria para apresentar o Termo.

Oficina sobre benefícios previdenciários na capital e no interior – a Comissão de Previdência Social do CRESS realizou a atividade voltada para profissionais em vários locais do nosso estado: no dia 4/4, no Núcleo “Esterlina Ramos”, em Guapimirim/RJ; no dia 17/4, no Núcleo “Luta em Ascensão”, em Engenheiro Paulo de Frontin/RJ; no dia 20/4, no Núcleo “Arco Verde”, em Mangaratiba/RJ; e no dia 27/4, no auditório do Conselho. As atividades alcançaram centenas de assistentes sociais do Estado do Rio de Janeiro.

VI Seminário do Serviço Social do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO) – no dia 24/5, o CRESS participou da mesa de abertura do evento organizado pela equipe de Serviço Social do INTO em comemoração ao Mês do Assistente Social. O seminário teve como tema “Em defesa dos direitos sociais: a previdência social em questão”.

Supervisão de Estágio – o CRESS ministrou palestra sobre os desafios para a supervisão de estágio no cenário contemporâneo durante o II Fórum de Supervisão de Estágio do curso de Serviço Social da Universidade

Veiga de Almeida (UVA), que ocorreu dia 27/4, no auditório da universidade.

Atenção Básica em Saúde – no dia 24/4, a Comissão de Saúde do CRESS realizou, no auditório da CAP 1.0 da Prefeitura do Rio, o evento “Serviço Social e atenção primária”. Os participantes discutiram com maior profundidade os desafios postos para a atuação de assistentes sociais nos NASFs (Núcleos de Apoio à Saúde da Família).

“Vivendo em tempos sombrios: a emergência das lutas sociais frente ao desmonte dos direitos” – esse foi o tema do seminário organizado pelo Serviço Social do Instituto Fernandes Figueira (IFF) da FIOCRUZ, no dia 16/5. O evento debateu a organização da classe trabalhadora e as resistências atuais aos ataques contra os direitos. O CRESS esteve presente na mesa de abertura e participou como um dos palestrantes.

Debate sobre direito à cidade com estudantes de Serviço Social – o CRESS participou como palestrante no debate “Direito à Cidade e as Lutas Urbanas”, com estudantes do 8º período do curso de Serviço Social da Universidade Castelo Branco (UCB), no dia 24/5. A atividade abordou sobre a disputa no campo das políticas urbanas, enfatizando as lutas populares por Habitação, Saneamento e Mobilidade Urbana.

Mês da Luta Antimanicomial – no dia 18/5, o CRESS participou do Ato pelo Dia Nacional da Luta Antimanicomial, quando usuários, familiares, trabalhadores da política de saúde mental, pesquisadores, estudantes e simpáticos ao movimento se manifestaram pelo fortalecimento das políticas públicas laicas, não-institucionalizantes e não-segregacionistas pautadas na territorialização. O Conselho esteve presente na audiência pública realizada na ALERJ sobre as comunidades terapêuticas, no dia 26/5, promovido pela Frente Parlamentar em Defesa do Sus e da Reforma Psiquiátrica. O objetivo foi denunciar o Projeto de Lei que tramita para regulamentar as comunidades terapêuticas em nosso estado a partir do financiamento público e o retrocesso que significa para as conquistas da reforma psiquiátrica.

Ações de comunicação

Cartilha diferencia atribuições entre Conselhos Profissionais e Sindicatos

Atualmente, quase um terço das demandas recebidas pelo CRESS-RJ é de responsabilidade dos sindicatos, referindo-se mais estreitamente a questões trabalhistas. Entretanto, o conselho é uma autarquia federal que tem como funções precípua orientar e fiscalizar o exercício profissional, assim como realizar julgamentos éticos, garantindo todo o processamento referente a eles. Para além dessas funções, o CRESS-RJ, seguindo a linha vigente no conjunto CFESS-CRESS, abraça todo um conjunto de lutas mais diretamente políticas referentes à implementação e ao aprofundamento do projeto ético-político profissional, o que o tornou referência junto à categoria. Entretanto, não cabe ao CRESS acumular funções dos sindicatos: a tarefa de suprir as demandas trabalhistas cabe a esses últimos.

Assim, no sentido de esclarecer as funções de cada um, foi lançada pelo CRESS-RJ a cartilha "Diferença das atribuições entre Conselhos Profissionais e Sindicatos", recebida pelas assistentes sociais vinculadas ao Conselho junto com a edição 94 do PRAXIS.

A conselheira do CRESS-RJ Malú Vale, que pesquisa a questão sindical, caracteriza a cartilha como mais um passo no questionamento sobre as assistentes sociais como uma categoria de luta. "A gente pega uma pesquisa de 2005 do CFESS sobre perfil profissional, em que apenas 10% da categoria que respondeu estavam vinculados a algum tipo de organização política. Então, eu sou trabalhadora, eu sofro ataques, mas eu não uso o instrumento que me é dado e é de direito para questionar tal ação (o sindicato)".

"Não há a necessidade real de que conselho e sindicato estejam contrapostos. Pelo contrário, o ideal é que esses instrumentos caminhem juntos. Porque quando eu falo de questões éticas e técnicas do trabalho, eu também falo das condições de trabalho, de espaço físico e de salubridade. Então é importante que as bandeiras caminhem juntas", ressalta Malú.

"A gente vê hoje um enfraquecimento do instrumento sindicato. Parece que as pessoas não veem muita efetividade na luta coletiva. Esse enfraquecimento está vinculado



Malú Vale

a uma conjuntura. O trabalhador, quer queira quer não, é representado por um sindicato, mas se você perguntar para um trabalhador terceirizado qual é o sindicato dele, ele não sabe. Mas ele sabe que é descontado um dia de trabalho de imposto sindical".

Malú acredita que a cartilha será usada na formação de assistentes sociais e também ajudará a divulgar os sindicatos. "O que eu sabia de organização sindical, ainda graduanda, é porque era o meu objeto de pesquisa para o TCC. E muitas vezes quando eu falo que estudo organização sindical as pessoas perguntam se isso de fato existe". Na academia, as questões sindicais ainda são tangenciadas. "Já o CRESS é mais conhecido, porque para exercer a sua função profissional você tem que ter o registro. Mas isso não significa que as pessoas tenham uma apreensão correta e aprofundada do que é o CRESS".

"Eu brinco que precisamos contar para a categoria que somos um braço do Estado, porque somos uma autarquia federal. A minha função aqui é fiscalizar e orientar a prática profissional, ainda que se tenha superado historicamente, no Serviço Social, o papel burocrático e cartorial tão comum a conselhos profissionais, e marcante também em nossa profissão ao longo de grande parte do período CFAS/CRAS, do Conselho Federal de Assistentes Sociais e do Conselho Regional de Assistentes Sociais. Ainda que numa linha política bastante mais avançada, ao Conselho Regional de Serviço Social compete defender

o exercício profissional, e quando eu defendo o exercício profissional, eu falo da qualidade do serviço prestado. É por isso que o CRESS pode, por exemplo, abrir um processo ético contra o profissional, vindo de um usuário".

Já ao sindicato compete, por exemplo, enfrentar questões de cunho trabalhista. "Desde Marx, sabemos que a função social do sindicato está mais ligada a bandeiras econômicas: melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho, melhores salários. Mas o sindicato também vai se alinhar às lutas da sociedade de uma forma geral, cumprindo outras funções". Sendo assim, o sindicato é "a primeira possibilidade da classe trabalhadora apontando para a superação dessa sociedade", explica Malú.

Ela lembra ainda que as atribuições dos sindicatos não devem ser sobrepostas pelo conselho: "para tratar de condições de trabalho que não sejam da esfera ética e técnica, deve-se procurar o sindicato; para condições que remetem a essas esferas, deve-se buscar o conselho".

Com a cartilha, o CRESS-RJ pretende deixar claro o fato de que não é um sindicato, e, portanto, não pode legalmente cumprir todo um conjunto de funções desse outro instrumento de luta. "Questão salarial, questão de assédio moral, e outras demandas sindicais eram muito comuns na COFI. E quando as pessoas não recebem a resposta, podem acabar se sentindo desprestigiadas, insatisfeitas. Então muito da insatisfação se dá pela confusão. Quando o CRESS faz a cartilha, ele diz à categoria que entendeu as suas demandas e dá uma resposta política. A cartilha é a materialização das respostas".

Ao entregar a cartilha durante uma palestra, Malú percebeu as assistentes sociais lendo e se interessando pelo assunto. "Eu acredito que no primeiro momento as pessoas vão achar interessante e ver o que a cartilha diz. Eu estou confiante em que a categoria vai receber bem esse documento. Agora é o início de um novo ciclo. Até agora a gente não tinha um instrumento materializado que dissesse quem faz isso, quem faz aquilo. Não é que a gente não soubesse, mas orientar cada pessoa é muito mais difícil do que distribuir uma cartilha, com a qual a possibilidade de chegada ao amplo conjunto de assistentes sociais é muito maior".